

~~Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-RITCM/PA)~~

~~EMENTA: REMUNERAÇÃO (REVISÃO GERAL ANUAL). LEI Nº 9.911/2017. CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUI. REABERTURA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL.~~

~~RESOLVEM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 24 a 27 dos autos.~~

~~DECISÃO: REABRIR A INSTRUÇÃO do presente processo, que trata do da revisão geral anual dos servidores do quadro efetivo do Poder Legislativo do município de Tucuruí, por meio da Lei nº 9.911 de 20/06/2017, para Notificação do responsável para que apresente defesa quanto a irregularidade apontada.~~

#### RESOLUÇÃO Nº 15.213, DE 04/02/2020

Processo nº 201602688-00

Assunto: Consulta

Município: Marituba

Órgão: Prefeitura Municipal

Exercício: 2016

Interessado: Mário Henrique de Lima Biscaro

Instrução: Diretoria Jurídica

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

~~EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÁREAS DE ASSENTAMENTO E/OU SEM DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PROPRIEDADE. MATÉRIA NÃO INSERIDA DENTRE AS COMPETÊNCIAS FISCALIZATÓRIAS DO TCM-PA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS REGIMENTAIS. INADMISSIBILIDADE DA CONSULTA.~~

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, e respondida nos termos do disposto no Art. 1º, Inciso XVI, da LC n.º 109/2016, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, em aprovar a resposta à CONSULTA, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.

**DECISÃO:** Devido à realidade relatada em que se encontram muitos Municípios, no que diz respeito a ausência da regularização fundiária urbana e rural e diante da necessidade de locação de imóveis pela Administração Pública, muitas vezes em áreas que

carecem de documentação comprobatória de propriedade, **RECOMENDA-SE** que os Poderes Públicos Municipais alinhem o entendimento com Institutos competentes, ITERPA e INCRA, bem como os Cartórios de Registro de Imóveis vinculados territorialmente, visto que estes são peças fundamentais no processo de regularização fundiária urbana e rural, sendo indispensáveis para orientar o caminho necessário para a elucidação dessa questão.

#### RESOLUÇÃO Nº 15.213, DE 04/02/2020

Processo nº 201803639-00

Assunto: Consulta

Município: Oeiras do Pará

Órgão: Prefeitura Municipal

Exercício: 2018

Interessado: Mário Henrique de Lima Biscaro

Instrução: Diretoria Jurídica

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

~~EMENTA: CONSULTA. PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL. PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO. PROFESSORES LEIGOS. NÃO APLICAÇÃO.~~

~~1. O servidor concursado para exercer o cargo de professor leigo não pode ser equiparado ao professor do magistério, referenciado no Art. 62, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), uma vez que se tratam-se de qualificações distintas.~~

~~2. Os professores leigos não fazem jus ao pagamento de seu vencimento com base no Piso Salarial Profissional Nacional fixado para os professores do magistério, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 11.738/08, uma vez que o referido piso salarial exige para tal enquadramento a qualificação profissional do Art. 62, da Lei nº 9.394/96 (LDB), que os professores leigos não possuem.~~

~~3. É aplicado para os professores leigos, o piso salarial definido conforme análise das convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídios que se refiram aos referidos profissionais, em todo o Estado.~~

~~4. Os professores leigos que exerçam atividades relacionadas às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, poderão ser pagos com recursos da parcela dos 60% do FUNDEB, desde que estejam em efetivo exercício. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese e respondida nos termos do disposto no Art. 1º, Inciso XVI, da LC n.º 109/2016, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade.~~



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

**RELATÓRIO**

**Processo nº.:** 201602688-00  
**Assunto:** Consulta  
**Município:** Marituba  
**Órgão** Prefeitura Municipal  
**Exercício:** 2016  
**Interessado:** Mário Henrique de Lima Bísaro  
**Instrução:** Diretoria Jurídica  
**Relator:** Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA** encaminhou CONSULTA (fls.01/02), com amparo no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, na qual expôs situação fática, solicitando manifestação desta Corte de Contas sobre a seguinte questão:

“(…)

*Caso os imóveis que satisfaçam o interesse público para fins de locação (por suas características, localização, destinação, dimensão e edificação) estejam em áreas de assentamento e/ou sem documentação comprobatória da propriedade, quais documentos poderiam ser aceitos para fins do art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.”*

Conforme consta, os autos foram remetidos ao meu Gabinete, na data de 24/02/2016 (fl. 04) e considerando a especificidade jurídica da matéria, os autos foram submetidos a competente apreciação da Diretoria Jurídica – DIJUR/TCM-PA, em 04/04/2019, conforme permissivo contido nos termos do §4º, do art. 300, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017), a qual devidamente atendida, nos termos do **Parecer n.º 307/2019-DIRETORIA JURÍDICA/TCM-PA** (fls. 07/14), da lavra do Diretor Jurídico, Dr. RAPHAEL MAUÉS OLIVEIRA e da Assessora Jurídica, Dra. PAULA MELO E SILVA D’OLIVEIRA, o qual antecipadamente destaco, adoto em parte como resposta a vertente consulta, no que transcrevo:

**(...) II – DA ADMISSIBILIDADE:**

No tocante à admissibilidade da presente consulta, o

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

Regimento Interno deste TCM-PA (Ato n.º 19/2017), disciplina os critérios de admissibilidade das consultas formuladas, junto ao TCM-PA, a qual recai ao Conselheiro-Relator, conforme dispositivo a seguir transcrito e destacado:

***Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1º, XVI, da Lei Complementar nº 084, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:***

***I – ser formulada por autoridade legítima;***

***II – ser formulada em tese;***

***III – conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;***

***IV – versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.***

Neste sentido, conforme o artigo supracitado denota-se que o Tribunal responderá sobre **matéria de sua competência** às consultas formuladas, desde que cumpridos, preliminarmente, os requisitos cumulativos expostos nos incisos do **art. 298, do RITCM-PA**.

Nos autos em epígrafe, verifica-se que o Consulente

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

questiona sobre os documentos que poderiam ser aceitos para fins de dispensa de licitação na hipótese de locação de imóveis pela Administração Pública em áreas de assentamento e/ou sem documentação comprobatória de propriedade, e nestes aspectos importa-nos ter muita cautela nestes temas, em razão da presente consulta abordar matérias que fogem à alçada de competência desta Corte de Contas em alguns pontos, como esclareceremos:

Em análise aos questionamentos referenciados, é indiscutível que a dispensa de licitação é matéria inserida na competência fiscalizatória dos Tribunais de Contas e ocorre quando a competição é possível, porém sua realização pode não ser conveniente e oportuna para Administração Pública, à luz do interesse público.

No presente caso refere-se especialmente a hipótese prevista no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a qual trata sobre “(...) **locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração** (...)”.

Neste sentido, a dispensa de licitação para fins de locação de imóveis, especificamente, será permitida apenas se ficar comprovado que determinado imóvel satisfaz o interesse público. Assim, deve-se averiguar se suas características, tais quais, localização, destinação, dimensão e edificação são relevantes e determinantes para o caso em questão, e ainda, que não há outros imóveis com as mesmas características que também poderiam ser objeto de contratação na área de interesse.

Ocorre que, no que concerne à natureza do imóvel a ser

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

locado pela Administração Pública, este é um tema que merece bastante cautela e ponderação quanto ao posicionamento por esta Corte de Contas, uma vez que se tratam, em tese, de imóveis em áreas de assentamento ou sem documentação comprobatória de propriedade, os quais são regulamentados por órgãos específicos, os quais possuem competência para tal e consequentemente, são a quem compete se posicionar sobre as possibilidades de relativizações do tema, explico:

Em regra, no tocante à locação de imóvel sem documentação comprobatória de propriedade, esclarece-se que para se estabelecer o negócio jurídico, a primeira providência é conhecer a legitimidade do locador perante o imóvel objeto de locação.

Assim, a documentação que comprove a propriedade, ou mesmo a posse do bem é indispensável para garantir a confiabilidade dessa relação contratual, sendo os **Cartórios de Registro de Imóveis**, os órgãos competentes para registrar todas as informações relativas ao bem, nos termos do **inciso IV, §1º, do art. 1º<sup>1</sup> e inciso III, do art. 2º<sup>2</sup>, ambos da Lei nº 6.015/73.**

1Art. 1º Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei.

§ 1º Os Registros referidos neste artigo são os seguintes:

(...)

IV - o registro de imóveis.

2Art. 2º Os registros indicados no § 1º do artigo anterior ficam a cargo de serventuários privativos nomeados de acordo com o estabelecido na Lei de Organização Administrativa e Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e nas Resoluções sobre a Divisão e Organização Judiciária dos Estados, e serão feitos:

(...)

III - os do item IV, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de imóveis.

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

Ressalta-se que, em atenção ao Princípio da Legalidade, a Administração Pública deve ter sua conduta dentro dos ditames legais. Em suma, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize<sup>3</sup>.

Assim, depreende-se que a Administração Pública, ao locar um imóvel sem documentação comprobatória de propriedade ou posse, deixará de observar os preceitos legais exigidos, bem como atentará contra a segurança do ato jurídico.

Todavia, ressalta-se que o processo de crescimento urbano de forma desordenada, da metade do século passado até hoje, tem promovido drásticas transformações socioeconômicas e espaciais por todo o país e no estado do Pará não foi diferente. Em razão disso, a concentração econômica ocorrida no centro das cidades tem levado a segregação socioespacial de grande parcela da população para as áreas periféricas, muitas vezes vazias, sem qualquer ocupação ou exploração.

Assim, pela ocupação desordenada dos espaços periféricos, criaram-se termos específicos em nosso País para denominá-las, tais como: Baixadas, favelas, área de invasão, dentre outros.

Um exemplo disto é a cidade de onde se origina a presente consulta, Marituba possui 77,4% de seus habitantes morando em áreas irregulares, segundo o IBGE (2010) e tal realidade se estende em grande parte do Estado do Pará.

---

3 Bandeira de Mello, Celso Antônio, “Curso de Direito Administrativo”, Ed. Malheiros, 20ª ED., São Paulo, 2005.

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

Sendo assim, conclui-se a grande problemática que se encontram muitos municípios paraenses, na desorganização e precariedade na documentação das áreas urbanas, na medida em que dificultam os Cartórios de Registro de Imóveis locais em registrar essas propriedades e contribuir para a execução da política pública de regularização fundiária urbana e rural e mesmo neste contexto, visualiza-se a responsabilidade e dever do Poder Público em propiciar serviços públicos mínimos às populações que habitam nesses locais, como o saneamento básico, saúde, educação, segurança, etc.

Diante do exposto, conclui-se que devido à realidade relatada em que se encontram muitos Municípios, no que diz respeito a ausência da regularização fundiária urbana e rural e diante da necessidade de locação de imóveis pela Administração Pública, muitas vezes em áreas que carecem de documentação comprobatória de propriedade, recomenda-se que os Poderes Públicos Municipais alinhem o entendimento com Institutos competentes, bem como os Cartórios de Registro de Imóveis vinculados territorialmente, visto que estes são peças fundamentais no processo de regularização fundiária urbana e rural, sendo indispensáveis para orientar o caminho necessário para a elucidação dessa questão.

Ademais, no tocante à possibilidade de locação de imóvel pela Administração Pública que se situem em áreas de assentamento, é um assunto que também merece atenção e cautela no posicionamento por esta Corte de Contas, uma vez que vivemos em Estado eminentemente agrário, com diversos assentamentos espalhados pelos interiores que seus habitantes

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

igualmente carecem da presença do Poder Público no fornecimento de serviços públicos essenciais mínimos.

Em regra, a locação em áreas de assentamento é expressamente vedada na legislação da reforma agrária, bem como no Estatuto da Cidade, os quais vedam a locação de imóveis, por quem detém sua posse para a moradia, em áreas de assentamento rural e urbano. E além disso, há a Lei de Licitações, que estabelece em seu **art. 17, inciso I, alínea “f”<sup>4</sup>**, a possibilidade de locação de imóveis em que este é utilizado em regularização fundiária de interesse social, na medida em que visa à regularização de assentamentos irregulares.

Todavia, não se pode fechar os olhos em relação a real situação em que vivem nossos habitantes, especialmente aqueles que vivem à margem das grandes cidades em áreas periféricas onde a ausência do Poder Público é mais sentida no que concerne ao fornecimento de serviços públicos básicos.

Neste aspecto, estamos diante de questionamento que estabelece um conflito entre a aplicação de leis que expressamente vedam a locação de imóveis em áreas de assentamento e a ponderação entre os Princípios administrativos da Proporcionalidade, Razoabilidade e Supremacia do Interesse Público, bem como o Princípio constitucional da Dignidade da

---

<sup>4</sup>Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

Pessoa Humana, os quais fundamentam a possibilidade da referida locação, diante da realidade encontrada nas cidades de grande quantidade de assentamentos irregulares que carecem da presença de serviços públicos.

Neste sentido, de igual modo, entende-se que devido à realidade relatada em que se encontram muitos Municípios, no que diz respeito a ausência da regularização fundiária rural e urbana e diante da necessidade de locação de imóveis pela Administração Pública, muitas vezes em áreas de assentamentos irregulares as quais necessitam de serviços públicos básicos, recomenda-se igualmente que os Poderes Públicos Municipais alinhem o entendimento com os órgãos competentes responsáveis pela execução da regularização fundiária dos assentamentos em áreas urbanas e rurais, bem como os Cartórios de Registro de Imóveis competentes, visto que este é a melhor alternativa a fim de nivelar o entendimento necessário para a elucidação dessa questão.

Diante do exposto, traçadas as diretrizes regimentais aplicáveis, pugnamos pela inadmissibilidade da presente consulta no sentido de que os questionamentos dos presentes autos não são de matéria de competência desta Corte de Contas, e cabe ao Poder Público Municipal consulente, nesta situação, questionar os órgãos competentes com expertise na matéria para alcançarem um entendimento necessário para a solução desta questão.

Diante da elaboração do **Parecer Jurídico nº 307/2019/DIJUR/TCM-PA (fls. 07/14)**, os autos retornaram para meu Gabinete, em 17/12/2019, e considerando o atendimento das

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

formalidades regimentais para processamento dos presentes autos, sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na manifestação exarada pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA, submeto a matéria à consideração deste Colendo Plenário.

**É o relatório.**

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

**VOTO**

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar a admissibilidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas nos **arts. 298<sup>5</sup> e 299<sup>6</sup> do Regimento Interno do TCM/PA – RITCM/PA (Atualizado pelo Ato nº 18)<sup>7</sup>**, tendo sido formulada por autoridade competente (art. 299, inciso II, do RITCM-PA), para além de suscitada em forma de tese, acerca de tema de grande relevância às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando possui dentre suas diretrizes, a função pedagógica junto aos jurisdicionados na constitucional aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, passo a análise de mérito da presente consulta, tal como interposta.

**NO MÉRITO**, conforme já delineado em relatório, acompanho em parte a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA (fls. 07/14), no sentido de responder a consulta por entender ser matéria de relevante interesse público, conforme permissivo regimental previsto no art. 300, §2º do Regimento Interno deste Tribunal.

É indiscutível que a dispensa de licitação é matéria inserida na competência fiscalizatória dos Tribunais de Contas e ocorre quando a competição é possível, porém sua realização pode não ser conveniente e oportuna para Administração Pública, à luz do interesse público.

No entanto, no que concerne à natureza do imóvel a ser locado pela Administração Pública, uma vez que se tratam, em tese, de imóveis em áreas de assentamento ou sem documentação comprobatória de propriedade, matéria regulamentada por órgãos específicos,

---

5Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Ser formulada por autoridade legítima; II - Ser formulada em tese; III - Conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - Versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

6Art. 299. Estão legitimados a formular consulta: I - O Prefeito; II - O Presidente da Câmara Municipal; III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais; IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional; V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

7 XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

os quais possuem competência para tal e consequentemente, são a quem compete se posicionar sobre as possibilidades de relativizações do tema.

Todavia, não se pode fechar os olhos em relação a real situação em que vivem nossos habitantes, especialmente aqueles que vivem à margem das grandes cidades em áreas periféricas onde a ausência do Poder Público é mais sentida no que concerne ao fornecimento de serviços públicos básicos.

Neste aspecto, estamos diante de questionamento que estabelece um conflito entre a aplicação de leis que expressamente vedam a locação de imóveis em áreas de assentamento e a ponderação entre os Princípios administrativos da Proporcionalidade, Razoabilidade e Supremacia do Interesse Público, bem como o Princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, os quais fundamentam a possibilidade da referida locação, diante da realidade encontrada nas cidades de grande quantidade de assentamentos irregulares que carecem da presença de serviços público.

Assim, conclui-se que devido à realidade relatada em que se encontram muitos Municípios, no que diz respeito a ausência da regularização fundiária urbana e rural e diante da necessidade de locação de imóveis pela Administração Pública, muitas vezes em áreas que carecem de documentação comprobatória de propriedade, **RECOMENDA-SE** que os Poderes Públicos Municipais alinhem o entendimento com Institutos competentes, ITERPA e INCRA, bem como os Cartórios de Registro de Imóveis vinculados territorialmente, visto que estes são peças fundamentais no processo de regularização fundiária urbana e rural, sendo indispensáveis para orientar o caminho necessário para a elucidação dessa questão.

Por fim, em razão de ter acompanhado, em parte, a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA (fls. 07/14), adoto a seguinte ementa elaborada pelo referido setor, no que transcrevo:

***EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÁREAS DE ASSENTAMENTO E/OU SEM DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PROPRIEDADE. MATÉRIA NÃO INSERIDA DENTRE AS COMPETÊNCIAS FISCALIZATÓRIAS DO TCM-PA. NÃO PREENCHIMENTO DOS***

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº. 15.213/2020**

**Processo nº 201602688-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Marituba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mário Henrique de Lima Bísaro**

---

***REQUISITOS REGIMENTAIS. INADMISSIBILIDADE DA CONSULTA.***

**Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **04 de fevereiro de 2020.**

**Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Relator